

## **UNIDADE DIDÁTICA XII – BRASIL: DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO FIM DO ESTADO NOVO (1930-1946)**

### **1. A REVOLUÇÃO DE 1930**

A estabilidade da República Velha, conhecida como República do Café com Leite, ficou seriamente abalada quando Washington Luís, ao contrário do que se esperava, insistiu na candidatura de um paulista, e não de um mineiro, à sua sucessão. O indicado era o governador de São Paulo na época, Júlio Prestes. Esse fato levou tanto gaúchos quanto mineiros a buscar uma outra opção para as eleições. Durante o ano de 1929, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas. Seu vice era João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa e governador da Paraíba. Estava formada a Aliança Liberal.

“O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia necessidade de se incentivar a produção do produto nacional em geral e não apenas o café.” (FAUSTO, 2003:319).

Tais propostas vinham acompanhadas da defesa das liberdades individuais, de medidas de proteção aos trabalhadores, além de uma defesa da anistia, que servia como forma de buscar o apoio dos Tenentes, além de propor uma reforma política capaz de garantir a idoneidade das eleições.

Em meio a esse processo eclodia a crise mundial de 1929. Isso trouxe mais problemas para o setor cafeeiro que pediu novos financiamentos e o perdão de suas dívidas, como forma de enfrentar a crise. Tal tratamento diferenciado que recebiam os produtores de café acabou causando muita insatisfação em São Paulo.

Apesar da insatisfação, Júlio Prestes venceu as eleições no início de março de 1930. Eleições essas que foram marcadas pela desconfiança sobre o uso dos poderes locais na definição dos resultados, para o benefício do vencedor, mas também para o benefício da Aliança Liberal em alguns estados, como o Rio Grande do Sul.

A derrota nas eleições foi seguida da tentativa de aproximação com o movimento tenentista que, apesar de derrotado, continuava influenciando bastante o universo político da República, principalmente dentro do Exército. Os participantes desse movimento acabaram tecendo um acordo com os políticos da Aliança, juntando, no

mesmo campo, políticos mais novos e militares rebeldes. Somente Luís Carlos Prestes, o líder do movimento, escolheu ficar de fora desse acordo se declarando um socialista revolucionário e condenando o apoio a qualquer oligarquia dissidente.

As alianças promovidas depois das eleições não foram suficientes para dar vulto à conspiração revolucionária que se formava. Em meados do ano de 1930, ela ainda se encontrava bastante desarticulada, mas um fato foi o estopim que precisavam para dar o impulso final aos planos conspiratórios:

“A 26 de julho, João Pessoa era assassinado em uma confeitaria do Recife por João Dantas, um de seus adversários políticos. O crime combinava razões privadas e públicas, mas, na época, só se deu destaque às últimas, pois as primeiras arranhariam a figura de João Pessoa como mártir da revolução.” (FAUSTO, 2003:323).

A morte de João Pessoa teve papel decisivo no processo de mudança de poder que se seguiu. Seu enterro, no Rio de Janeiro, para onde o corpo foi levado, acabou reunindo um grande número de pessoas. Isso foi um presente para os oposicionistas que agora ancoravam seu movimento na figura de um mártir, explorando muito bem o apelo emocional que esse fato criava. A articulação para a revolução tomava vulto.

Finalmente, em 3 de outubro de 1930, estourou a revolução em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais os revoltosos encontraram resistência, a luta se estendeu por cinco dias, e só acabou quando o regimento de infantaria resistente ficou sem mantimentos. Já no Nordeste, o movimento liderado por Juarez Távora, que comandava tudo da Paraíba, encontrou um desfecho na madrugada do dia 4. Somente em São Paulo, estado que não participou ativamente das articulações revolucionárias, a situação se manteve inalterada.

A revolução caminhou com o planejamento de um grande ataque às forças de apoio a Washington Luís. Antes mesmo do confronto final, em 24 de outubro, o Exército, representado pelos generais Tarso Fragoso, Mena Barreto e Leite Castro, e a Marinha, através do Almirante Isaías Noronha, depuseram o presidente da República constituindo uma junta provisória de governo. Entretanto, a junta não teve vida longa. As manifestações populares, principalmente as vindas do Sul, reivindicavam Getúlio Vargas. Ele foi de trem até São Paulo, dali seguiu para o Rio de Janeiro, onde chegou precedido por três mil soldados vindos do seu estado de origem, Rio Grande do Sul.

Assim, em 3 de novembro de 1930 ele tomou posse como Presidente da República, dando um fim definitivo ao período que conhecemos com a Primeira República.

“A estrutura agrária, dominante desde os anos coloniais, iria ceder aos grupos urbanos, que se fundamentavam no comércio e indústria nascentes. O crescimento material das cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, provocou um conjunto de mudanças em seus habitantes, cercados por uma multiplicidade de confortos novos e desconhecidos.” (FROTA, 2000:603)

O governo de Getúlio surgia como uma nova forma de pensar o Estado. Se antes as oligarquias se alternavam no poder, agora o Estado estava mais centralizado e o presidente gozava de uma maior autonomia em relação a essas elites tradicionais. Além disso, no campo econômico, Getúlio se voltou para o objetivo de promover uma industrialização gradual, fugindo do modelo unicamente agro-exportador da administração anterior. No campo social, ele buscou incorporar os trabalhadores urbanos numa aliança de classes, ampliando a proteção estatal da categoria. Além, é claro, de dar às Forças Armadas, especialmente ao Exército, um papel central, tanto na manutenção da ordem interna, quanto na tarefa de apoiar o desenvolvimento industrial de base. Fausto resume assim a proposta do novo governo:

“Tentando juntar esses elementos em uma síntese, poderíamos dizer que o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana.” (FAUSTO, 2003:327)

## **2. O PROCESSO CONSTITUINTE (1933-1934) E AS OPÇÕES POLÍTICAS**

Em 1933, o governo provisório decidiu constitucionalizar o país. E em maio desse mesmo ano foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Nos estados surgiram inúmeros partidos alguns representantes de uma base sólida, outros, formados sem grande consistência. Mas de qualquer forma, salvo o Partido Comunista (nessa época ilegal) e a Ação Integralista, não se formaram partidos nacionais, o que revelou a imensa força que as elites regionais ainda tinham no cenário nacional.

A Constituição de 14 de julho de 1934, formulada depois de vários meses de discussões, aproximava-se do texto da de 1891 ao estabelecer uma República Federativa. Entretanto, muitas mudanças indicavam as recentes mudanças na estrutura política do país. Três novos pontos, que não existiam na Constituição anterior, davam a “cara” da nova administração: O primeiro tratava da ordem econômica e social, com intenções claramente nacionalistas no que dizia respeito ao desenvolvimento econômico; o segundo tratava da família, da educação e cultura; e o terceiro da questão da segurança nacional.

“Enquanto os constituintes elaboravam o texto constitucional, começou a se esboçar a questão presidencial. Vários políticos encontravam-se de acordo em lançar o nome de Getúlio Vargas como candidato presidencial, muito do agrado do político gaúcho.” (FROTA, 2000:620)

Em 15 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito, pelo voto indireto, como Presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte. Seu mandato deveria se estender até 3 de maio de 1938.

Durante essa época, algumas doutrinas povoaram o cenário das disputas políticas. O tenentismo, muito forte até o início da década de 1930, começava a se desagregar em 1933. Não tinham tido sucesso em transformar o novo governo em seu partido e acabaram se distanciando de uma base social ampla. Além disso, dentro do Exército, que agora ocupava um papel central na administração do país, a ameaça que significavam à estrutura hierárquica acabou fazendo com que perdessem muito de seu apoio.

O fascismo chegou ao Brasil durante a década de 1920. Entretanto foi nos anos 30 que tomou proporções maiores. Em outubro de 1932. Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram, em São Paulo, a Ação Integralista Brasileira (AIB), baseada nos princípios fascistas. O Integralismo tinha bandeiras que estavam mais no plano cultural do que econômico. Tratava-se de uma doutrina nacionalista que defendia o controle do Estado sobre a economia. Seu lema era ‘Deus, Pátria e Família’ e através dele os integralistas enalteciam a grandeza da nação, seu valor espiritual e moral.

Os integralistas constantemente se envolviam em embates contra os comunistas nos anos 30. Se ambos os movimentos criticavam o estado liberal e o partido único, suas diferenças não poderiam ser maiores. Os integralistas, como vimos acima, estavam

referidos ao movimento fascista europeu, extremamente conservador, defendiam a família, a Igreja Católica e a tradição. Já os comunistas tinham agendas revolucionárias, ligadas à crítica aos preconceitos, à Igreja, baseando-se nos conceitos de luta de classes e buscando, na luta pela reforma agrária e contra o imperialismo, a emancipação nacional. Na verdade se tratavam de polos opostos na política nacional e refletiam muito bem as lutas que transcendiam o espaço nacional, reeditando as disputas que ocorriam na Europa, opondo o comunismo Soviético aos fascismos que cresciam naquele continente.

### **3. A CONTESTAÇÃO AO REGIME: A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932**

O período pós-1930 foi marcado pela desconfiança de alguns setores contra a recente Revolução. Essas desconfianças se concentravam principalmente em São Paulo. Mas em março de 1932, o rompimento da Frente Única Gaúcha (formada por partidos regionais) com o governo deu uma nova dimensão a esse movimento. A junção desse grupo com outros ligados ao Partido Democrático de São Paulo (PD), que já conspiravam contra Getúlio em São Paulo, fez deslanchar o processo da Revolução Constitucionalista.

“A 9 de Julho, 23h30min, São Paulo deflagrava uma revolução com um tímido apoio de Mato Grosso, arvorando a bandeira da constitucionalização, sendo, no fundo, o último estertor da política tradicional, o derradeiro lampejo do passado a se extinguir.” (FROTA, 2000: 616)

Entretanto, a Revolução começou a esfacelar-se antes mesmo de começar. O apoio esperado do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais acabou não chegando. Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, recuou e apoiou Getúlio contra os revoltosos em São Paulo, chegando até a mandar tropas contra eles. Mesmo assim, no sul houve um foco da rebelião, mas esse foi rapidamente derrotado.

Os setores sociais envolvidos no processo revolucionário constituinte eram inflados pelas discussões sobre autonomia, sobre a superioridade de São Paulo em relação ao resto do país e pela necessidade de uma nova constituição. A população paulista, cafeicultores, classe média e industriais, constituíam a base do movimento. Somente a

classe operária, protagonista de algumas greves no início daquele ano, se manteve fora da disputa.

Sem dúvida São Paulo estava em imensa desvantagem no embate contra o governo federal. Entretanto, a luta durou quase três meses. As tropas federais foram avançando a partir do sul do estado de São Paulo, a fim de alcançar a capital, centro da revolta. Mas se a revolta não foi bem sucedida, ela foi capaz de unir representantes de duas correntes bastante diferentes. Lutando pela constituição estavam tanto aqueles velhos representantes da política oligárquica que gostariam de retomar a antiga república, quanto aqueles setores voltados para a construção de algo novo, uma democracia liberal no país.

#### **4. O FECHAMENTO DO REGIME**

“O ano de 1934 foi marcado por reivindicações operárias e pela fermentação em áreas de classe média. Uma série de greves explodiu no Rio, em São Paulo, em Belém e no Rio grande do Norte, destacando-se as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos. As campanhas contra o fascismo ganharam ímpeto, culminando com um violento choque entre antifascistas e integralistas em São Paulo, em outubro de 1934. O governo respondeu propondo ao Congresso, no início de 1935, uma Lei de Segurança Nacional (LSN).” (FAUSTO, 2003:359)

Nesse clima de instabilidade, o Governo Federal tentava manter o controle da situação através da edição da Lei de Segurança Nacional. Entretanto, um grupo de oficiais militares, fazendo coro com sindicatos e jornais, condenou a proposta de lei. Inspirados pela tradição do movimento tenentista, esses militares se recusavam a endossar uma medida “que iria aumentar a repressão às classes populares”. Porém, se a lei não passou na sua versão original, o apoio dos políticos liberais permitiu que uma lei substituta fosse aprovada pelo Congresso em 4 de abril de 1935. A partir dessa lei, a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização política ou social, por meios não permitidos em lei; enfim, tudo acima mencionado ficou caracterizado como crime contra a ordem política e social.

Já no fim de 1936 e início de 37, começaram a se definir as candidaturas da próxima eleição, que estava prevista para o início de 1938. No entanto, Getúlio Vargas e seus assessores mais próximos não tinham a intenção de entregar o poder. Durante o ano de 1937, o governo promoveu intervenções em vários Estados. No Rio de Janeiro, capital da época, destituiu do cargo de Prefeito Pedro Ernesto que, apesar de sua popularidade, foi acusado de participar da extinta ANL. Mas não era somente nos Estados que o governo federal vinha intervindo. No Exército, vários oficiais legalistas foram afastados dos seus cargos de comando.

Os distúrbios responsáveis pelas intervenções federais nos estados não eram suficientes para justificar uma mudança na ordem política do país. Para tanto, era necessário um fato incontestável, algo que não deixasse dúvidas sobre a necessidade da manutenção de Getúlio no cargo. Esse fato ocorreu: foi a descoberta do Plano Cohen (um documento escrito pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho - na época membro do Serviço Secreto -, a pedido de Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, de ideologia nacionalista, com a intenção de simular, supostamente para efeitos de estudo, uma revolução comunista no Brasil). A verdadeira história desse suposto plano de insurreição comunista possui muitos aspectos obscuros até hoje. Mas de qualquer forma, depois de sua divulgação, o Congresso, temeroso de uma revolução comunista em solo brasileiro, imediatamente aprovou o estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias.

“A censura de imprensa e o fechamento dos partidos políticos (02.12.1937) deram mais força ao governo. Alguns liberais e políticos não aceitaram o Estado Novo, a massa popular demonstrou indiferença, mas a burguesia e a classe média urbana o apoiaram muito bem, achando que Getúlio Vargas encarnava o tipo ideal para chefiá-lo.” (FROTA, 2000:630).

No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar (General Dutra vetou a participação de forças do Exército na operação) cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. Naquela mesma noite, Getúlio Vargas anunciava o início de uma nova fase política, regida por uma nova Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos. Era o início do Estado Novo.

A criação autoritária do Estado Novo acabou não enfrentando muita oposição. Os comunistas, muito abatidos pela política de repressão do estado, não tinham condições

de reação, as elites, resignadas com a inevitabilidade do golpe, até o enxergavam como algo benéfico e os congressistas, com o congresso dissolvido, não tiveram outra saída senão submeter-se.

A nova Constituição trazia uma série de novidades que ampliavam o poder presidencial, consolidando assim o Estado Novo. Entre elas:

“O presidente da República aí recebia poderes para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos, nomeando interventores nos casos de não confirmação. A Constituição entrava em vigor imediatamente (...). O Parlamento, as Assembleias estaduais e as Câmaras Municipais eram dissolvidas, devendo realizar-se eleições para o Parlamento somente depois do plebiscito. Enquanto isso, o presidente tinha o poder de expedir decretos-lei em todas as matérias de responsabilidade do governo federal. O artigo 186 das ‘disposições gerais e transitórias’ declarava em todo o país o estado de emergência, suspendendo assim as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Carta constitucional. Outro preceito transitório, mais tarde prolongado indefinidamente, autorizava o governo a aposentar funcionários civis e militares, ‘no interesse do serviço público ou por conveniência do regime’.” (FAUSTO, 2003:365)

## 5. O ESTADO NA ECONOMIA

A centralização política do Estado Novo estendeu-se também ao campo econômico. O café continuava sendo o principal produtor de riqueza para o país. Assim, o governo Vargas manteve uma estreita relação com esse setor. Mas se o café continuava importante, era o presidente que segurava as rédeas da política cafeeira. A crise mundial de 1929 obrigou o governo a reeditar uma série de políticas de proteção ao setor, impedindo um efeito cascata devastador no país. Porém, quando falamos de Estado Novo, estamos falando de uma aliança política entre a burocracia civil, militar e a burguesia industrial, aliança que tinha como norte a promoção da industrialização do país. Cada um desses setores tinha seus motivos para acreditar na necessidade da industrialização. Enquanto a burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o único caminho para a independência, os militares o faziam porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia, fortalecendo assim a segurança nacional, e a burguesia industrial entendia que só poderia crescer com o apoio e intervenção estatais.



A política de substituição de importações, iniciada em novembro de 1937, ganhou força pelos riscos crescentes de eclosão de uma guerra mundial. Existia a compreensão, que de fato se concretizou, de que a guerra dificultaria as importações, e assim o Brasil deveria se preparar para produzir pelo menos uma parte daquilo que era importado.

Um dos aspectos mais marcantes da administração Vargas foi a política trabalhista. De uma forma geral essa política significou um esforço para reprimir as tentativas de organização da classe trabalhadora urbana, fora do controle do Estado, e atraí-la para um espaço organizativo de controle estatal. Sobre essa política:

“A política trabalhista do governo Vargas constituiu um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim da ação de Estado (...) Embora as associações de industriais e comerciantes acabassem por aceitar a legislação trabalhista, elas a princípio combateram as medidas governamentais, especialmente aquelas que concediam direitos aos trabalhadores.” (FAUSTO, 2003:336)

A política trabalhista do Estado Novo estabeleceu a imagem de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores. A criação de leis de regulação do trabalho, como a criação do salário mínimo, regularização das férias, etc., foram essenciais nessa caracterização. A legislação trabalhista implementada por Vargas foi inspirada pela Carta del Lavoro, vigente na Itália fascista. Nela, voltava a existir o princípio da unidade sindical (prática que na verdade nunca tinha sido abandonada), além de proibir a greve e o lockout, ou seja, a greve patronal. As linhas da organização sindical foram estabelecidas, finalmente, em agosto de 1939, quando um decreto-lei as regulamentou. A estrutura vertical dos sindicatos (já presente na constituição de 1934) permaneceu, estabeleceram-se as federações e confederações de sindicatos. Os sindicatos se tornavam assim cada vez mais dependentes do Governo Federal.

Em julho de 1940 foi criado o instrumento básico de financiamento dos sindicatos, o imposto sindical. Tal imposto aumentou ainda mais a dependência dos sindicatos. Ainda no universo das questões trabalhistas, o governo de Getúlio organizou, em maio de 1939, a Justiça do Trabalho e em junho de 1943 sistematizou e ampliou as leis trabalhistas com a criação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

## 6. OS MILITARES E O GOVERNO

A importância das Forças Armadas no governo de Vargas foi um de seus pontos característicos. O poder estadual perdia força, enquanto isso, os militares ganhavam cada vez mais equipamentos, efetivo e seu prestígio aumentava. Entretanto, o Exército não era uma força homogênea, principalmente nos primeiros anos de governo. Além dos defensores do tenentismo, existiam muitos ocupantes de altos cargos ainda ligados às estruturas da República Velha. A eclosão da revolução anti-regime, em 1932, foi importante para a construção de um grupo de confiança do Presidente. Nesse grupo dois nomes se destacaram: Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

Em março de 1935, foi criada a ANL - Aliança Nacional Libertadora, tendo como presidente de honra, Luís Carlos Prestes. A organização, que buscava consolidar uma aliança de classe, em pouco tempo ganhou bastante projeção. Existia, dentro da ANL, a perspectiva de um movimento insurrecional para a derrubada do governo Vargas. Em 5 de julho daquele mesmo ano, período em que Carlos Prestes se encontrava no Brasil clandestinamente, uma carta do presidente de honra da ANL foi lida por Carlos Lacerda. Nesse manifesto ele apelava para a derrubada do regime de Vargas, classificando-o como odioso, e propunha a tomada do poder por um governo nacional, popular e revolucionário. Se o governo já vinha reprimindo sistematicamente as ações da ANL, essa foi o estopim necessário para que Vargas, em 11 de julho de 1935, decretasse seu fechamento.

A repressão se intensificou, muitas pessoas estavam sendo presas. O PCB começou a organizar uma insurreição para a tomada do poder e instalar, definitivamente, um sistema comunista de governo. Foi a tentativa de golpe militar de novembro de 1935 (a Intentona Comunista), que contava com alguns setores do Exército, fiéis a Prestes e herdeiros do movimento tenentista críticos ao governo Vargas. O levante acabou não dando certo, começou em 23 de novembro, no Rio Grande no Norte, antes do início da operação coordenada no Rio de Janeiro. Em Natal uma junta tomou o poder por 4 dias, até serem rendidos. O Recife e o Rio de Janeiro seguiram o exemplo de Natal e tiveram suas rebeliões deflagradas. No Rio de Janeiro as proporções do confronto foram maiores, os conflitos resultaram em várias mortes e prisões até que os comunistas se rendessem finalmente.

Uma das consequências mais claras desse levante foi a intensificação da repressão e das medidas autoritárias. O medo do comunismo internacional, ampliado pelo fato de Moscou ter mandado alguns quadros para ajudar no levante, tomou proporções enormes e ditou uma série de políticas a partir dali.

Em 1937, com a instituição do Estado Novo, a oposição de esquerda, devido à intensa repressão, não tinha forças para reagir. Os Integralistas continuavam organizados, esperando que o apoio dado ao golpe levasse Plínio Salgado ao posto de Ministro da Educação. Mas Getúlio não o fez. A insatisfação levou com que, em maio de 1938, um grupo de integralistas atacasse o Palácio Guanabara para tentar depor o Presidente. A tentativa foi frustrada, os golpistas acabaram cercados e muitos morreram, aparentemente fuzilados nos jardins do palácio.

“Este fracassado contragolpe dos Integralistas resultou em aumento do poder do presidente. A 16 de maio, instituía a pena de morte, como Emenda constitucional.” (FROTA, 2000:633)

Os militares possuíam grande influência no governo de Getúlio Vargas. No entanto, não podemos encará-los como um grupo homogêneo, com propostas claras para os diversos setores da política estatal. O ponto comum que proporcionava unidade à corporação era a crença na necessidade de uma modernização no Brasil, feita pela via autoritária. Mas, apesar da importância dos militares, eles não eram a única força a influenciar a administração:

“Embora o poder formal e informal das Forças Armadas fosse muito extenso, seria errôneo imaginar que ele fosse absoluto. Os militares não desejavam e nem tinham condições para substituir simplesmente as elites civis. Isso já ficara claro no momento do golpe. O ponto de vista favorável à candidatura militar não tivera maior expressão e mesmo o envolvimento ostensivo do Exército no episódio foi evitado pelo ministro da Guerra, ao impedir que homens do Exército fossem empregados na operação de fechar o Congresso.” (FAUSTO, 2003:368)

## **7. SOCIEDADE E CULTURA**

O Estado Novo contava com um amplo apoio popular. Isso porque existia um controle intenso dos meios de comunicação e uma produção constante de material de propaganda do governo. Nesse sentido foi criado o DIP – Departamento de Imprensa e

Propaganda, que exerceu controle sobre a produção cinematográfica, de rádio, teatro, imprensa, e, principalmente, da ‘literatura social e política’. O DIP proibiu também a importação de ‘publicações nocivas aos interesses brasileiros’, e agiu tentando controlar as notícias que eram vinculadas sobre o Brasil em mídias estrangeiras. Além disso, também criou o programa de rádio ‘Hora do Brasil’, que desde então vem funcionando como espaço de divulgação das obras do governo.

O rádio foi muito importante para a construção da imagem de Getúlio como líder da nação, amigo dos trabalhadores e pai dos pobres. A partir de janeiro de 1942, a ‘Hora do Brasil’ tornou-se um canal de aproximação entre a figura do presidente e a população. Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho da época, usava o rádio semanalmente para dar palestras, que alcançavam um bom nível de audiência. Nelas falava sobre as leis sociais do governo, falava de casos específicos, e, algumas vezes, falava para públicos específicos, como as mulheres, os aposentados, migrantes, etc. Isso tudo ia moldando no imaginário popular a figura do presidente.

## **8. O BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL**

A política externa do governo Vargas foi, durante muito tempo, um pouco ambígua em relação ao cenário internacional. Isso porque a eclosão da crise mundial já havia comprometido a hegemonia inglesa. Assim, os EUA, apoiados nas medidas anti-crise do presidente Roosevelt, começavam a aparecer como a nova grande força mundial. Entretanto, os EUA não estavam emergindo sozinhos. Na Alemanha, o governo nazista, eleito em 1933, ganhava forças e começava a se impor na política internacional. Os dois países começaram uma disputa de influência na América Latina..

O governo brasileiro não se alinhava completamente com nenhum dos dois lados, tirando vantagem da rivalidade entre as duas potências. No ano de 1935, o governo Vargas assinou um acordo comercial com os EUA, para no ano seguinte assinar outro com a Alemanha.

“A neutralidade brasileira sofria fortes pressões quer dos pró-aliados, quer dos simpatizantes do nazi-fascismo. Discursando a bordo do encouraçado Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, (...) Vargas deixou escapar a frase: ‘Passara o tempo dos liberalismos imprevidentes, com as democracias políticas

substituindo as democracias econômicas'. Para muitos analistas pareceu que o governo de Vargas pendia ou poderia vir a se declarar favorável aos nazi-fascistas." (FROTA, 2000:640, 641)

Na ocasião da eclosão da Segunda Guerra mundial ficou difícil para o Estado Novo manter sua postura ambígua. O bloqueio imposto pela Inglaterra acabou fazendo com que a Alemanha se retraísse economicamente no continente. Entretanto, a potência europeia não conseguia aproveitar o espaço deixado pela rival. Os EUA estavam prontos para preencher essa lacuna, já que o presidente Roosevelt, já imaginando as possíveis proporções da guerra, tinha iniciado uma campanha de aproximação com os países Latino-Americanos. O interesse pelo lado sul do continente estava ligado também à obtenção de material estratégico, como a borracha, o minério de ferro, o manganês, etc. Um ano antes dos EUA entrarem oficialmente na guerra, em julho de 1940, ficou definida a implantação da Usina de Volta Redonda. Financiada por créditos norte-americanos concedidos pelo Export-Import Bank e por dinheiro do governo brasileiro, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN ficou sob controle de uma empresa de economia mista. O acordo envolvendo essa construção não encontrou apoio incondicional em todo o governo. Entretanto a necessidade de iniciar uma produção nacional de aço se impunha diante da dificuldade da importação desse produto e o que isso significava para a balança comercial brasileira.

Além dos acordos comerciais, os norte-americanos também se engajaram em promover uma ofensiva político-ideológica através das Conferências Pan-Americanas. A proposta dessas conferências era a permitir uma união dos países americanos, independentemente de seus regimes políticos, na defesa do continente, sob a coordenação dos EUA. Diante desse quadro, o Estado Novo foi se aproximando cada vez mais do vizinho do Norte. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, foi o fato que levou Getúlio Vargas a começar a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo.

O apoio aos EUA requeria um incremento militar no país e, em fins de 1941, tropas norte-americanas chegaram ao Nordeste. Mas esse apoio não ocorreu sem resistência. Góis Monteiro e Dutra, homens de confiança do presidente, não estavam plenamente seguros da decisão tomada no início de 1942, quando o governo brasileiro finalmente

rompeu relações com o Eixo. Além disso, um acordo político-militar secreto tinha sido assinado entre Brasil e Estados Unidos.

Entretanto não foi somente de acordos secretos ou comerciais que se fez a parceria com os EUA e com a frente antifascista:

“O alinhamento brasileiro ao lado da frente antifascista se completou com o envio de uma força expedicionária – a FEB – para lutar na Europa, a partir de 30 de junho de 1944. A FEB não foi uma iniciativa imposta pelos Aliados. Pelo contrário, consistiu em uma decisão do governo brasileiro, que teve de superar as restrições dos americanos e a franca oposição dos ingleses. (...). Mais de 20 mil homens lutaram na Itália, sob o comando do general Mascarenhas de Moraes, até o fim do conflito naquele país, a 2 de maio de 1945, poucos dias antes do término da guerra. Morreram em combate 454 brasileiros que foram enterrados no cemitério de Pistoia, (...) A volta dos ‘pracinhas’ da FEB ao Brasil, a partir de maio de 1945, provocou um grande entusiasmo popular, contribuindo para acelerar as pressões pela democratização do país.” (FAUSTO, 2003:381-382)

## **9. CRISE DO ESTADO NOVO E A QUEDA DE VARGAS (1945)**

“Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho para as divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas.” (FAUSTO, 2003:383)

Um fator que contribuiu muito com a desestabilização do regime foi a crença, de um dos idealizadores do regime, que o Estado Novo não poderia sobreviver às mudanças trazidas pela Segunda Guerra Mundial. Essa figura era o general Góis Monteiro que, diante disso, deixou seu cargo de embaixador para ocupar o Ministério da Guerra. Sua intenção era, antes de tudo, promover uma saída de Getúlio Vargas.

Nesse período de instabilidade, as manifestações contra o regime aumentaram. Os estudantes organizam a UNE, articulando um discurso de oposição à ditadura. Além disso, a imprensa insistentemente tentava burlar a censura.

A contradição em que se encontrava o governo, por causa da questão internacional, fez com que, no dia 28 de fevereiro, Getúlio baixasse o chamado ato adicional à Carta de 1937. Entre outros pontos estava a fixação de um prazo de noventa dias para a

definição de datas para as eleições gerais. Exatamente no prazo estipulado foi lançado o Novo Código Eleitoral, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições. A próxima consulta popular ocorreria no dia 2 de dezembro de 1945. Seriam eleitos o Presidente e uma Assembleia Constituinte. Além disso, ficava estipulada a data de 6 de maio de 1946 para a realização das disputas estaduais.

Foi uma época muito intensa politicamente, pois no governo já se falava da candidatura do general Dutra, em oposição a Eduardo Gomes. Getúlio Vargas garantia que não iria se candidatar. Foi nesse ano também, de 1945, que foram criados os três principais partidos que dominaram a cena política até 1964: União Democrática Nacional (UDN), partido do candidato Eduardo Gomes, Partido Social Democrático (PSD), do general Dutra, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Entretanto, a figura de Vargas continuava forte. Num dos fatos mais controvertidos da época, o PCB, seguindo orientações vindas de Moscou, declarou seu apoio ao governo Vargas. O motivo era a diretriz do PC Internacional de dar apoio aos governos nacionais que integraram a frente antifascista. Esse apoio se somou ao desejo dos círculos trabalhistas de manter Getúlio no poder. Assim, em meados de 1945, foi iniciada a campanha “queremista”, cujo objetivo se sintetizava na palavra de ordem “Queremos Getúlio”. Eles saíram em defesa da instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. As eleições deveriam acontecer, mas só depois da Assembleia, e com Getúlio concorrendo.

A queda de Getúlio Vargas resultou de uma complexa combinação de fatores. Em 25 de outubro de 1945 o chefe da polícia do Rio de Janeiro, João Alberto, foi afastado do cargo. Em seu lugar foi indicado Benjamin Vargas, mais conhecido como “Bejo”, irmão do presidente. Bejo era conhecido pelo seu jeito truculento, e sua indicação desagradou. O general Góis, Ministro da Guerra na ocasião, acabou mobilizando as tropas do Distrito Federal. Dutra ainda tentou demover Vargas da indicação do irmão, mas não teve sucesso. O presidente acabou forçado a renunciar, mas fez uma declaração pública dizendo que concordava em deixar o poder. Depois disso, Vargas se retirou da cena política por um tempo em São Borja, sua cidade natal, mas sua figura continuou extremamente popular. Tanto, que voltaria ao poder pela via democrática anos depois, na década de 1950.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

FROTA, Guilherme Andrea. **500 anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 2000. 736 p.